

os anos em que os brasileiros deixaram a solidão de lado e os estrangeiros se naturalizaram

Rui Granziera

Consultor Acadêmico da OEB

A década dos 50 do século passado na história brasileira sempre merece atenções. Muito estudada, na Política e na Economia, ainda está reclamando estudos de cunho cultural e psicossocial. Cronistas cariocas que viveram aquele momento evocam por vezes, saudosamente, aquele período. Na verdade, ele nos reserva acontecimentos nunca vividos, nem antes nem depois.

Poucas vezes na história brasileira o sentimento de realização social chegou às ruas. Efemeramente, com certeza, chegou algumas vezes, mas, na maior parte, como eclosão regional. Nessa década, o povo brasileiro viveu, sem contraste, esse raro sentimento. Um esboço da miragem de uma sociedade consistente e da sempre procurada cidadania foi vivenciado pela população, pelo menos a urbana.

Os antropólogos estão devendo, segundo meu conhecimento, um estudo mais aproximado sobre esses aspectos naqueles idos. O campeonato de 58, na Suécia, a voz de João Gilberto e a bossa nova, o cinema novo, a construção de Brasília, as soluções salomônicas para os levantes militares, a consagração de Villa-Lobos, a literatura regional, a ligação rodoviária entre o Rio e São Paulo, em meio a um pleno emprego urbano, tudo perfaz um aspirado, mas pouco consciente rosário de realizações coletivas. Por trás dessa eclosão, estava o novo organismo econômico em vias de entrar em funcionamento.

Agora, recentemente, trabalhando num livro da Ordem dos Economistas do Brasil, lançado em comemoração aos 50 anos da *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, cuja primeira edição é de 1959, e tendo contato com os escritos de Tamás Szmrecsányi sobre a elaboração do livro, cheguei a pensar que o autor só poderia ter sido impulsionado à

obra tão festejada por ter vivenciado aquele período de metas planejadas e realizadas. Se estou certo, o livro, o primeiro de história econômica brasileira, por utilizar uma teoria econômica, é também um produto daquele meio social estimulante, já que teve em dez anos a sua gestação.

Assim, também um novo brasileiro o vivenciou, o nosso Tamás, que se decidiu a procurar a naturalização, ultimada em 1961. Repetia sempre que era muito brasileiro, pois essa condição decorria de um ato de vontade, muito consciente. Sua opção foi também certamente gestada naqueles anos, que lhe mostraram um país democrático, o que não havia conhecido até então, nem na Europa nem na Argentina.

Tal como Tamás, muitos estrangeiros, que chegaram ao Brasil tangidos pela II Guerra ou pelos seus efeitos, entregaram-se em massa à naturalização naqueles anos. Alguns eram pequenos industriais nos seus países de origem e encontraram, mais do que na Argentina, e mesmo nos Estados Unidos, a terra prometida para os seus pendores. Os governos brasileiros, nas duas metades dos anos 50, os acolhiam efusivamente, com uma política de fomento industrial que os valorizava, após a *débâcle* da guerra. No mais das vezes, traziam na bagagem técnicas ou produtos que caíam como inovação no quadro econômico brasileiro de então. A família de Tamás se inscreve entre estes.

O Brasil, seu povo com os emigrantes, teve ali, na segunda metade dos anos 50, a sua *belle époque*, com uma autoestima inédita, talvez a maior obra do governo JK (Juscelino Kubitscheck).

O otimismo em relação ao futuro foi contagiante, e o livro de Celso Furtado, de 1959, também se encerra com o olhar para o futuro, com confiança no resgate de regiões pobres, presas ao passado, e sua integração no todo promissor. Era o corolário da postura do autor na firme crença de que o caminho em direção ao progresso só poderia ser vencido se tivéssemos a consciência dos entraves legados pelo passado, especialmente os do passado colonial. Nas palavras do próprio Celso Furtado, na Introdução à publicação de sua tese de doutoramento, de outubro de 2000, quando agradece a Tamás Szmrecsányi pelo empenho na localização do trabalho em Paris¹, o estudo do passado colonial levaria a “conhecer melhor os ingredientes da nossa cultura”.

¹ FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001.

Passaram-se 50 anos e a vida econômica brasileira, recheada de sucessos materiais, foi, na verdade, muito mais bem conhecida do que “os ingredientes de nossa cultura”. Sabemos também que, ao cabo destes 50 anos, estamos longe da autoestima e da felicidade social daqueles tempos do Plano de Metas. A perplexidade, em relação a um presente de violência, de corrupção, de degradação do meio ambiente, do desmatamento irrefreável da Amazônia, do ensino precário, das práticas políticas, nos leva a indagar se tudo isso seria o preço do sucesso econômico.

Entendo que, para afastar essa perplexidade, devemos ainda procurar “os ingredientes da nossa cultura” e com eles avaliar mais profundamente esse inegável sucesso.

O governo JK foi cercado pela comoção social: primeiro, o suicídio de Getúlio e, depois, a renúncia de Jânio Quadros. Mas foram as realizações materiais da década, que à maioria sensibilizou, com a culminância da inauguração de Brasília, que mexeram naquele sentimento atávico, denunciado por Sérgio Buarque de Holanda, de que para o brasileiro “nada valia a pena”. Esse “nada valia a pena” queria dizer que, para o habitante do território, a realidade era muito pesada, que as forças dos poderes religioso e secular da colonização eram temíveis e intransponíveis, estimulando a ociosidade e a contemplação. A descoberta e a adoção da natureza era, em decorrência, a atividade mais instigante.

Que passado era esse?

Os séculos de um tipo de colonização que não têm paralelo na História Universal plasmaram esse passado, que é o da não sociabilidade. Não foi apenas a vinda de D. João VI que acoplou um Estado, com todas as suas instituições, sobre uma população sem sociedade. Os alícerces do vácuo social já vinham de longe e, por isso mesmo, foi possível à Monarquia conservar a unidade territorial, seu principal patrimônio, e impor os valores dinásticos. Para contar com o apoio dos habitantes, acenou-lhes com a riqueza em uma nova moeda, riqueza essa que as Minas Gerais haviam prometido e frustrado. Como só os mais próximos eram aquinhoados, pela moeda ou pelas sesmarias, os levantes regionais se sucediam, mas eram fadados ao esmagamento, por falta dessa rede social.

A colônia Brasil era única. Não podia ser de povoamento ideal, já que os capitães de naus e caravelas soltavam na praia os homens brancos que traziam, para que estes não ocupassem o lugar das mercadorias que

atravessavam o Atlântico na volta à Metrópole. Da praia eram esses homens entrados na floresta desconhecida e a forma de sobrevivência foi a miscigenação com as índias nativas, do que resultou o eruptivo mameluco, nada sedentário. Ralo povoamento sim, mas colônia, não.

Para ser uma autêntica colônia de exploração, era necessário que o trabalho humano não fosse oficialmente condenado, vilipendiado legalmente, motivo de vergonha infame. Dessa cultura sobreveio o escravo, esse novo personagem dos tempos modernos, que adentrou o mundo das mercadorias. Mas, antes de ser mercadoria, era a forma de o homem branco se manter digno e em condições de ascensão social, ou seja, afastado do trabalho e próximo do imaginário das ações épicas dos conquistadores.

Os únicos escravos que eram alvo de alguns cuidados de manutenção eram aqueles ocupados no trabalho doméstico da casa-grande. Os que trabalhavam na produção eram precocemente empurrados para a morte. Um atestado da consideração do que era a colonização e do poder do comércio.

Dessas matrizes Gilberto Freyre concluía que o Brasil “se auto colonizou”, portanto, nas suas próprias condições, sem parâmetros de uma verdadeira colônia controlada.

Com a escravidão implantada, o homem branco aqui chegado, sem honras ou favores reais, era um estrangeiro nas correntes econômicas, só lhe restando soluções individuais ou, no máximo, familiares. Sobrava-lhe ainda o medo, não mais da floresta, como nos primeiros tempos, mas de ser arremetido ou tributado pelos prepostos da Coroa.

Daí a força da pecuária, pois que garantia a permanência no território e o seu desejado retraimento, atividade adequada ao sertão, inclusive aos perseguidos judeus que se tornaram ibéricos.

A procura dos metais preciosos, outra ocupação possível antes da descoberta das Minas Gerais, era vista com reservas, pois que os habitantes de São Paulo logo entenderam que sua exploração comercial era o fim de sua vida independente e familiar. Conservavam a prática, mas porque lhes dava uma reserva de valor, ou seja, mais independência.

A trágica contraprova é dada pela carnificina da Guerra dos Emboabas, quando das Minas Gerais soou o sinal de alerta de que a coloni-

zação tomava o rumo da exclusão. O ouro das Gerais não alterou, todavia, os princípios básicos; passou-se a contar com grande número de mulheres brancas, é verdade, mas o núcleo familiar de relacionamento e de produção foi reforçado, chegando-se à prática do casamento consanguíneo, sempre tolerado em outras regiões devido à baixa densidade populacional.

Fora das Gerais, empurrado pela miscigenação para o universo dos remédios naturais e para a alimentação exótica, encontrava-se no território o nosso homem branco em posição vantajosa em relação aos reinóis, mas ao preço do isolamento. Com essa atitude de retraimento, não desacatava nem o Rei nem a Religião, e ainda protegia a família, quando a tinha. Esses valores estão vivos até hoje no interior do Brasil.

O Brasil profundo, que Brasília ajudou a revelar em 1960, é ainda uma projeção do Brasil Colonial e seus traços só lentamente serão apagados. Os acontecimentos posteriores ao período colonial, como a Independência e a Proclamação da República, não os suprimiram, como se sabe, antes os enrijeceram, e a vida social foi deixada de lado em todas essas ocasiões e o espaço da solidão restou fortalecido. É no estudo dessas ocasiões festejadas da nacionalidade que desponta a maior diferença do Brasil com a formação social dos Estados Unidos da América: no lugar do júbilo popular, o que houve foi a indiferença ou a depressão, como nos primeiros anos da República.

Muito da perplexidade atual do Brasil do século XXI decorre do fato de que os valores sedimentados na Colonização ainda são desconhecidos², quando não julgados superados. São os valores da vida solitária, que, por vezes, se revestem de cordialidade, pois o tempo nunca é escasso nesse universo.

² Vejam-se as dificuldades da formulação de uma estratégia que ponha fim ao desmatamento irracional e predatório da Amazônia. Vejam-se as dificuldades que o brasileiro experimenta em pôr em prática no trânsito, mesmo no das grandes cidades, os princípios básicos de alteridade, como a sinalização do rumo do seu próprio veículo. Examinada também por esse ângulo, a corrupção atual, filha do patrimonialismo, se torna menos indecifrável, porque não tem o continente de uma sociedade. As deficiências gritantes do serviço público dão conta da falta do reconhecimento de um cidadão anônimo que devesse ser servido e as práticas políticas atestam reiteradamente a sua inexistência.

Do ponto de vista estritamente econômico, o homem branco foi um marginal, já que o escravo negro ocupou o seu lugar na produção. Esse simples fato deu origem ao que hoje chamamos de exclusão, que tanto é maior quanto foi a duração no tempo, e a ocorrência, no espaço, do escravismo. Em estudo anterior que realizei, mostrei que essa exclusão foi superada apenas durante a Guerra do Paraguai, quando eram convocados todos os que não estivessem trabalhando...³ ou os escravos.

O não acesso à terra, que era patrimônio da Coroa – que a doava a alguns poucos sesmeiros – não refreou o sonho do habitante pelo pedaço de terra. Sabe-se hoje que os tropeiros, estes não excluídos, que amealhavam alguma riqueza, convertiam-na em terra, na primeira oportunidade em que pudessem obter a distinção real. Esse desejo incontido pela terra, vívido até hoje, mas agora frustrado pelo avanço do capitalismo no campo, foi o farol que guiou o habitante durante séculos, para... sedimentar o seu isolamento e garantir a sobrevivência. Desse desejo obsessivo pela terra só escaparam o isolado sertanejo e os índios, que não conheceram a colonização, pois que a tinham em abundância, mesmo sem a propriedade.

Gilberto Freyre, profundo conhecedor da cultura nordestina, também mostrou que a solidão não poupava os poderosos donos da terra, que eram alimentados mais pela vaidade do que por alimentação sadia. Essa parca alimentação era a face do isolamento.

Atribuía os males à monocultura e ao “exagerado privatismo ou individualismo dos sesmeiros”⁴.

Na verdade, eram eles também vítimas da engrenagem europeia, em que o oligopsônio comprava com exclusividade produtos tropicais, fornecia quinquilharias e impedia o contato entre unidades de produção. Contatos comerciais só na retaguarda da pecuária e do fumo, onde este ocorreu.

Essas foram as matrizes da vida isolada. O afastamento desses impulsos à vida isolada deu-se certamente somente de 1930 em diante, quando

³ GRANZIERA, Rui. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: HUCITEC 1977.

⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 35ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999:245.

um projeto de uma economia urbana foi implantado pelos líderes gaúchos. O país começou aí a dar opções concretas de emprego ao imigrante estrangeiro e ao brasileiro nativo. A convivência em torno do trabalho passou a germinar um novo Brasil, o do mercado interno.

Getúlio Vargas deve ser reverenciado por isso, mesmo à custa do mau humor dos donos do Brasil rural, refugiados na família aristocrática.

Dezenove anos depois, naquele 24 de agosto, parecia encerrar-se o longo rosário de realizações materiais, que abriam aquelas opções para a nacionalidade. O caminho em direção à alteridade social parecia mais complexo e bloqueado.

A morte do presidente que governou o país por dezenove anos foi também o estuário de um mal-estar político que se iniciou anos antes, quando o governo dos Estados Unidos, no pós-guerra, se voltou para a reconstrução da Europa, deixando de lado as prioridades e as alianças continentais que havia estabelecido durante a guerra. O Brasil era, até então, o principal parceiro dos Estados Unidos e obtivera grandes vantagens com essa aliança, firmada entre o próprio Vargas e o partido democrata, então no poder.

Os três anos da guerra da Coréia haviam lançado novamente as sombras, que se julgavam afastadas em 1946. Essa guerra, tal como a anterior, parecia indicar ao Brasil que o crescimento autárquico e autônomo e a procura da defesa nacional eram novamente os caminhos a seguir. O esforço na industrialização visava os dois objetivos, e Vargas entregou-se novamente a essa tarefa, ainda acalentado no campo diplomático pelo governo Truman.

A posse do governo republicano nos Estados Unidos, em janeiro de 1953, sinalizou que os dias da cooperação estavam contados. A comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujos trabalhos se haviam constituído em esperança de continuidade da aproximação econômica entre os dois países, e em cujo bojo houve a gestação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), encerrou suas atividades em dezembro daquele ano.

Havia, no entanto, limites políticos internos não menos contundentes.

Esses limites internos, que se estavam cristalizando desde 1947, nunca foram suficientemente avaliados por Getúlio Vargas. Retornando ao

poder em 1951, legitimado por uma eleição direta, e portador de uma biografia honorífica, dada pela economia de guerra que bem soubera conduzir, julgou-se provavelmente capaz de minimizá-los no momento adequado.

As reservas internacionais em dólares, que se haviam acumulado durante a guerra, por força da substituição das importações e do crescimento das exportações, foram dissipadas no governo Dutra. Esse fato foi quase sempre apontado em nossa literatura econômica como um erro ou uma falha da política econômica liberal.

Nada mais enganoso, pois os dólares das reservas serviram para dois objetivos de grande impacto e inelutáveis. Atenderam à demanda de uma classe média por bens de consumo durável e, ao mesmo tempo, davam destino comercial à produção norte-americana desses bens, que apareciam como reconversão da indústria bélica. O melhor exemplo deles era, então, a geladeira. Esses bens de consumo eram, nos dois países, o símbolo da paz, da liberdade... O problema é que um vendia e, agora, o outro comprava, invertendo os sentidos comerciais estabelecidos na II Guerra Mundial.

A procura da solução para a crise cambial levou o governo novamente às providências voltadas para a exportação de minérios, que eram procurados com a nova guerra na Ásia. Levou também à famosa instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), na qual a classe média brasileira viu o fim de seus privilégios e contra a qual *et pour cause* a oposição conseguiu tomar corpo.

Ironicamente, essa classe média urbana brasileira foi uma das maiores realizações sociais da revolução de 30 e do Estado Novo. Com a II Guerra, essa classe, formada de funcionários públicos, de quadros das indústrias privadas, de autônomos e comerciantes, teve uma renda anualmente acumulada, mas seu consumo fora severamente reprimido pelas circunstâncias. Com a valorização da moeda brasileira, voltou-se avidamente às compras nos Estados Unidos. Não queria ouvir muito falar de projetos nacionalistas.

Politicamente, era essa a classe média que dava consistência à oposição contra Vargas, voltando-se contra o seu criador, portanto. Seus sonhos de consumo viram-se frustrados pelo esgotamento das reservas e pela explicitação de um modelo de crescimento nacionalista que, com a Petróbras à frente, a partir de 1952, a empurrou para o lado da oposição.

A divisão entre bens de produção e bens de consumo penetrava pela primeira vez a conduta política e social no Brasil. O pensamento liberal, tendo à frente Eugênio Gudin, fornecia o combustível doutrinário tão aguardado pela classe média; o partido UDN (União Democrática Nacional), com Carlos Lacerda, se encarregaria do combustível político.

O pensamento político brasileiro ressaltou sempre que os novos segmentos sociais que emergiram da forte industrialização do primeiro governo Vargas, o empresariado e os trabalhadores da indústria, organizados em suas respectivas representações classistas, eram as lideranças com as quais Vargas contava para dar continuidade aos seus planos econômicos. Além desses, contava com uma incipiente “inteligência técnica” para formulação e implementação desses planos, sem, no entanto, ser amparada por qualquer força ou expressão política.

Essa aliança, por certo de grande notoriedade à época, escondia a realidade da nova classe média e a da maioria da população rural, que, se não se manifestava politicamente, era silenciosamente caudatária dos interesses latifundiários e mercantis, apeados do poder em 1930, mas sempre fortemente representados regional e eleitoralmente. Essas contingências faziam do Poder Legislativo uma representação majoritariamente avessa aos projetos da ordem do dia e que só podia ser controlada pelo clientelismo e pelo favor.

Reflexo da classe média em ascensão, o segmento militar exibia também uma nova realidade, agora dividido nos dois campos opostos, que se digladiavam no Clube Militar.

Confiante nas suas realizações, na sua legitimidade e na sua sensibilidade, Vargas seguia em frente, sem detida avaliação do campo social, confiante na resolução dos conflitos, que, contudo, aumentavam, quando era obrigado a incorporar ao seu governo interesses tão contraditórios. Observe-se que, no Estado Novo, essa questão política não se colocava – muito menos a militar – já que a guerra arrematava a todos. Nos anos 50, com sua idade, talvez Vargas não tivesse pendor para administrá-la.

Só o seu suicídio, pela comoção que desencadeou naquela sexta-feira de agosto, resolveu o enigma político, desmontando as baterias da oposição, neutralizando as posições militares, preparando os fundamentos, materiais e de conhecimento, para o Plano de Metas, que viria a seguir.

As realizações de Vargas – é forçoso reconhecer – foram imensas e profundas, mesmo no campo social. No campo estritamente econômico, foram a base que tornou possível esse Plano. Foram elas a Petrobras, a Eletrobrás, o Banco do Nordeste, o BNDE e a CSA (Companhia Nacional de Álcalis). Desenvolveu o Plano do Carvão Nacional e o de Reparcelamento da Infraestrutura. Assentou, durante muitos anos, a prática dos conjuntos habitacionais, financiados a juros negativos, que aproximava os trabalhadores das empresas industriais, diminuindo custos de transporte e isso não só em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Aprofundou como nunca os estudos e os diagnósticos sobre a realidade econômica brasileira na esteira dos acordos com os Estados Unidos e no seio do recém-criado BNDE, gerando o ambiente do qual ativamente participaria Celso Furtado, entre muitos outros. A sua obstinação nesse sentido pode ser indicada pelo estímulo ao Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, através da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), diretriz essa consagrada, anos depois, no Plano de Metas como uma meta autônoma.

Ao final da década, no entanto, vivíamos o orgulho da realização, acalentado pelo crescimento econômico, com alguns pequenos conflitos políticos, porém sem conflitos sociais. A indústria havia reencontrado o seu caminho e crescia novamente a taxas espetaculares, arrastando toda a economia. Todas as classes sociais participavam desse momento de crescimento, talvez com exceção dos trabalhadores rurais, mas a organização secular do setor rural garantia estabilidade e ainda a participação indireta nos frutos do progresso, com o atendimento elástico da demanda global por alimentos, que crescia rapidamente nas cidades.

Kubitscheck mostrou-se talentoso na administração dos conflitos que corroeram Vargas na primeira metade da década.

Em 1958, na Suécia, veio o exorcismo tão esperado do luto nacional do Maracanã de 1950, quando o fracasso no futebol levantou (novamente) até suspeitas sobre a miscigenação.

Era no campo econômico, no entanto, que se gerava o verdadeiro combustível da festa: em vários pontos do país havia a geração concomitante de empregos. Uns, mais bem remunerados, outros, menos, mas a massa salarial crescia, assim como a renda familiar. Dentre esses pontos

geográficos que recebiam o maior volume de investimentos do Plano de Metas, um crescimento rapidamente, ofertando, dentre os novos, os melhores empregos para a população assalariada: a sede da indústria automobilística e de autopeças em São Paulo, com o braço da Fábrica Nacional de Motores no Rio de Janeiro. A profissão de engenheiro era valorizada, aliás, conforme previsão do Plano. As empresas do setor contratavam futuros engenheiros ainda na condição de estudantes.

O modelo nacionalista cedia o passo ao modelo industrial associado, que contava com a atração de capitais estrangeiros com proteção cambial e os empréstimos externos estatais.

Fora do Plano de Metas, a construção de Brasília estabelecia um novo vetor na geografia econômica do emprego, agora em direção ao interior do país. As rodovias de ligação, previstas no Plano, estavam sendo construídas, e a atração exercida por Brasília deu uma nova direção ao êxodo rural, principalmente o do sertão nordestino. O Centro-Oeste foi profundamente afetado. Diminuía, assim, a oferta de força de trabalho nos polos tradicionais de atração, no sudeste brasileiro, o que passou a funcionar como eficiente regulador de salários. No Planalto Central, para a construção da nova capital atrair força de trabalho, o Governo pagava salários acima da média nacional do setor, o que completava o cenário de crescimento do nível de renda pessoal e de pleno emprego. Esse fenômeno, não suficientemente estudado até hoje, provocou certamente novos abalos demográficos no Nordeste, além dos historicamente estudados por Celso Furtado na sua *Formação*.

Logo depois, no entanto, a posse de Janio Quadros, em janeiro de 1961, documentada em fotografias impressionantes, traduzia um cenário de solidão e distanciamento do Planalto Central, incomodando o próprio presidente empossado, que era um homem da região, amante dos retiros e do isolamento, mas que politicamente era sensível aos perigos iminentes. O fim dos investimentos maciços do Plano de Metas deixava imensa capacidade ociosa em todos os setores e inevitável desemprego que se alastrava rapidamente.

Na época, a distribuição dos recursos fiscais não favorecia a União e sim os Estados federados. Janio Quadros, acostumado aos cofres cheios e às realizações no Estado de São Paulo, quando era governador,

se viu, de repente, acorrentado no ambiente solitário. Certamente, começou a pensar em como romper o seu infausto destino político numa Brasília que, para ele, tal como um Prometeu, era o Monte Cáucaso. Vistos nessa perspectiva os seus atos governamentais ganham sentido, mas é certo que o epílogo, com a renúncia, recolocava o país na senda da comoção depressiva, tal como no suicídio de Vargas em 1954, e a chama da sociabilidade perdia intensidade. A partir daí, os investimentos sociais no Brasil perderiam a vitalidade e passariam à condição de sobras dos investimentos materiais, acumulando ao longo do tempo um perverso déficit, hoje gritante, por exemplo, no setor de saneamento, entre outros.

Na conjuntura de abertura para a penetração rápida do capitalismo na agricultura, a periferia das grandes cidades, com o êxodo, começou a exibir uma nova face, até então desconhecida no Brasil: um ambiente de alta densidade demográfica, mas de impossível cidadania, o insumo insubstituível do desenvolvimento. Dos anos 50 ficou a memória da potencialidade do povo brasileiro. E ficou a herança de alteridade dos novos brasileiros que, como Tamás Szmrecsányi, passaram a amar o Brasil e fomentar as artes e a ciência.

São Paulo, junho de 2009